

A CAUSALIDADE NEWTONIANA É DETERMINANTE PARA A CAUSALIDADE HUMIANA?

Evandro da Rocha Gomes

Graduando em Filosofia pela Universidade de Brasília (UnB)

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar se a causalidade, conforme apresentada por David Hume, recebeu alguma influência da causalidade conforme desenvolvida por Newton, segundo defendem alguns autores. Para tanto, será analisado o contexto filosófico em que Newton estava inserido, como Hume avalia Newton e se suas definições de causalidade dialogam.

Palavras-chave: Hume, Newton, causalidade, ciência.

ABSTRACT

The present article aims to analyze if the causality, as presented by David Hume, has any influence from the causality as developed by Newton, as some authors defend. Therefore, this article analyses the philosophical context which inserted Newton, how Hume evaluates Newton, and if his definitions of causality intertwine.

Key-words: Hume; Newton; Causality; Science.

Introdução

O problema da causalidade proposto por David Hume ainda hoje é bastante discutido. Para entender tal problema, deve-se lembrar que Hume acreditava que “todos os objetos da razão ou investigação humanas podem ser naturalmente divididos em dois tipos, a saber, *relações de ideias e questões de fato*” (HUME, 2004, p. 53, grifo do autor). Relações de ideias são toda afirmação que é intuitiva ou demonstrativamente certa, proposições que podem ser descobertas pela simples operação do pensamento, independente do que possa existir em qualquer parte do universo; questões de fato são aquelas que o seu contrário permanece sendo possível, pois jamais implicam contradição. A causalidade é a base de grande parte de nossos raciocínios acerca de questões de fato, sendo que constantemente supomos que há uma conexão entre um fato presente e o qual será inferido deste. Qual é a natureza desta conexão e como ela é estabelecida, é a questão que Hume procura responder.

A causalidade é uma das mais fortes relações associativas, senão a mais forte, assim como a mais importante, pois graças a ela podemos ir além da evidência de nossos sentidos e memória. Ela, segundo Hume, envolve as seguintes relações entre eventos: contiguidade, no

sentido de que eventos estão ligados por cadeias intermediárias de causa e efeito, sendo que cada uma das suas ligações conecta-se a elementos contíguos; anterioridade, ou seja, uma causa deve preceder temporalmente seu efeito (HUME, 2009, p. 203).

O interesse de Hume acerca do tema é inquestionável, mas há um debate acerca de suas influências. Alguns, como Peter Jones, por exemplo, rejeitam a visão de que haja algum contexto científico no pensamento humiano (JONES, 1982, p. 11 apud FORCE, 1987, p. 199). Por outro lado, há aqueles, como James E. Force, que defendem que Hume tenha tido

Interesse na ciência e que de fato utilizou precisamente, possivelmente até diretamente, o conhecimento de Newton e outros comentadores contemporâneos da ciência em seu ataque às sínteses características da ciência e da religião que marcaram sua época. (FORCE, 1987, p. 168, tradução nossa).

Para ficar mais claro a possível influência de Newton sobre o pensamento de Hume, é importante analisar em qual sentido houve essa influência. Em outras palavras, deve-se analisar qual era a filosofia de Newton, pois é pouco provável que toda a obra newtoniana tenha influenciado Hume. Nesse sentido, deve-se procurar entender o conceito de causalidade na filosofia de Newton. Antes disso, devemos examinar o que se poderia chamar de “a filosofia mecânica” de Newton.

Newton e a Filosofia Mecânica

Para melhor entender o conceito de causalidade em Newton, deve-se antes entender sua filosofia e em que contexto ela estava inserida. Na época de Newton, as bases predominantes de instrução universitária em filosofia eram as de tradição peripatética e escolástica, adaptadas às exigências religiosas e culturais locais. Nesta tradição, Filosofia dividia-se em filosofia prática e filosofia especulativa. Filosofia especulativa dividia-se em três *ciências (scientiae)* principais: metafísica ou filosofia primeira, filosofia natural, e matemática; a estas são adicionadas as *ciências médias (scientiae mediae)*, que incluem a ótica e a astronomia.

Pode-se dizer que Newton era um filósofo da natureza e um matemático no sentido tradicional. Ele também foi um metafísico, considerando várias passagens onde fala sobre Deus e suas características, doutrina de substância, natureza da mente e corpo e suas interação e união. Claro que há uma discussão sobre o quanto do estudo de Deus enquanto Autor da

Natureza pertence à filosofia natural e quanto pertence à metafísica na perspectiva de Newton, mas este não é o foco do presente artigo¹.

Em todo caso, há aspectos metafísicos de sua filosofia natural que são cruciais para um entendimento adequado de duas questões especulativas: o engajamento de Newton com a filosofia mecânica, além de suas considerações sobre intervenções causais da mente e da alma no mundo físico. Uma ponte entre essas questões é providenciada por Colin Maclaurin, em sua obra *An Account of Sir Isaac Newton's Philosophical Discoveries* (MACLAURIN, 1748, pp. 19-20)². A partir desta, olhando pela perspectiva de Maclaurin, mas desconsiderando sua exaltação a Newton, descobre-se um Newton que não é um amador em questões metafísicas, mas um matemático e um filósofo da natureza cujo sua teorização é inseparável de interesses metafísicos que compartilhava com seus contemporâneos e predecessores (GABBEY, 2002, pp. 333-335).

Newton teria manchado a ineficácia explanatória do sistema peripatético e teria apreciado as atrações contrastantes dos novos caminhos do filosofar que encontrou nos escritos de Galileu, Descartes, entre outros. É certo que a filosofia natural peripatética possuía algumas limitações. Entre elas, a inabilidade de providenciar o que eles tomaram como sendo esquemas propriamente explanatórios para lidar com fenômenos naturais. Os peripatéticos tinham construído matrizes de divisões e subdivisões para descrever a desconcertante variedade de princípios, qualidades, relações, movimentos e quantidades reveladas por corpos naturais, mas para os protagonistas da nova filosofia essas proliferações classificatórias eram complexas e inúteis para explicar fenômenos naturais.

O engajamento de Newton com o que poderia chamar de filosofia mecânica é uma questão controversa. Há duas dificuldades imediatas. A primeira está relacionada com o termo “mecânico”. No início do período moderno, este termo teve uma grande quantidade de significados, sendo que seu sentido central era “preocupado de algum modo com atividade manual” (GABBEY, 2002, p. 336). Por extensão, desde a antiguidade, “mecânico” tinha conotado a teoria de máquinas e mais geralmente mecânica enquanto a ciência de corpos em movimento ou repouso. Mas os usos adequados de “mecânico” no “sentido artesanal” e no “sentido teórico” não dependiam ou assumiam qualquer relação necessária percebida entre eles (GABBEY, 2002, p. 336).

A segunda dificuldade está em como caracterizar “a filosofia mecânica”. Esta pode ser caracterizada de diversas maneiras distintas. Pode ser: uma teoria de explicação dos

¹ Para mais informações sobre este debate, ver GABBEY, 2002, pp. 331-333.

² Ver também nota 13 em GABBEY, 2002, pp. 352-353.

fenômenos em termos quantitativos das configurações e movimentos de átomos ou corpúsculos; uma teoria caracterizada pela noção de que o universo e todo sistema dentro deste é uma máquina; o ideal de matematizar a imagem do mundo; a crença em leis necessárias da natureza e do movimento, etc.

Estas considerações precisam ser levadas em conta quando se pergunta em que extensão Newton pode ser descrito como um proponente da “filosofia mecânica”. Se há uma resposta coerente para essa questão, não será fácil de encontrá-la, pois Newton usa o termo “mecânico” tanto no sentido teórico quanto no artesanal³.

O emprego de Newton do termo “mecânico” no sentido artesanal não nos diz nada sobre seu envolvimento com a “filosofia mecânica”. Seu emprego do termo no sentido teórico aponta para o ideal de matematizar a imagem do mundo. Contudo, para Newton o caminho matemático foi ligado com a negação da necessidade mecânica, a negação de um mundo puramente corporal e uma insistência na existência de poderes ativos não-corporais trabalhando na natureza sob a administração de Deus, e uma profunda antipatia à garantia dogmática dos cartesianos e outros que reivindicavam que em um universo mecânico as causas dos fenômenos já são conhecidas, ou estão prontamente acessíveis à investigação humana (GABBEY, 2002, p. 339).

Newton visto por Hume

Há referências na obra de Hume que mostram que ele teve contato com a obra de Newton, seja no *A Treatise of Human Nature*, nas *Enquiries Concerning Human Understanding*, nos *Dialogues concerning Natural Religion*, no *The Natural History of Religion*, entre outros textos⁴. Estes revelam que Hume estava interessado nas contribuições de Newton para a ciência de sua época. Nas *Investigações*, por exemplo, Hume infere a existência de “hábitos” como uma espécie de “força” mental análoga à gravidade⁵. Hume parece querer que os leitores sintam que ele está moldando seu projeto de acordo com a filosofia natural de Newton.

Hume respeita e admira os feitos de Newton, não duvida da longevidade destes, mas se reserva em alguns pontos. Em uma passagem do *The History of England*, Hume escreve:

³ Para mais informações, ver GABBEY, 2002, p. 338.

⁴ Para um exame mais detalhado deste tema, ver FORCE, 1987, pp. 169-177.

⁵ Cf. SCHLISSER. 2007. Hume's Newtonianism and Anti-Newtonianism. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/hume-newton/>. Acesso em: 01 de maio de 2013. Ver também HUME, 2004, pp. 72-73.

Em Newton esta ilha pode vangloriar-se de ter produzido o maior e mais raro gênio que surgiu pelo ornamento e instrução das espécies. Ignorante de sua superioridade sobre o resto da humanidade, e daí, menos cuidadoso para acomodar seus raciocínios para as apreensões comuns, mais preocupado em merecer do que adquirir fama: ele foi, por essas causas, por bastante tempo desconhecido pelo mundo; mas sua reputação irrompeu com um brilho, que escassamente qualquer escritor, durante toda sua vida, jamais antes atingiu. (HUME, 1688, v. VI, p. 542 apud site: <http://plato.stanford.edu/entries/hume-newton/>, tradução nossa).

Nesta passagem, apesar de colocar Newton como “o maior gênio”, Hume defende que se Newton tivesse sido mais ciente e mais sintonizado ao ambiente no qual estava inserido, ele teria ajustado melhor seu modo de raciocínio ao público. Em outras palavras, Newton não entendeu propriamente sua relação para com seus leitores.

Assim, pode-se dizer que Hume não tem dúvidas sobre a qualidade intelectual dos escritos de Newton. O fato de Hume se reservar está mais ligado a aspectos morais, por achar que a vida de Newton revela um homem com dificuldades em entender a si próprio em seu tempo. A dúvida colocada por Hume sobre a qualidade moral dos trabalhos de Newton se deve não apenas por eles não servirem ao interesse público, como também por estarem preenchidos com crenças supersticiosas (GARRET, 1997 apud SCHLIESSER, 2007).

Enquanto a crítica a Newton enquanto homem revela como Hume entende como deve ser um filósofo, a crítica feita ao propósito do projeto newtoniano reflete um anti-newtonianismo, mais especificamente, em relação à sua “ciência do homem”⁶. A “ciência do homem” é um projeto humiano, um método diferente de conduzir as investigações filosóficas, uma maneira de conhecer plenamente a extensão e a força do entendimento humano (HUME, 2009, p. 21). A “ciência do homem”, segundo Hume, é muito mais valiosa do que a filosofia natural de Newton. O conteúdo da “ciência do homem” revela que “mesmo a *matemática*, a *filosofia da natureza* e a *religião natural* dependem em certa medida da ciência do HOMEM, pois são objetos do conhecimento dos homens, que julgam por meio de seus poderes e faculdades” (HUME, 2009, p. 21). A “ciência do homem” seria fundamental, porque é pressuposta em certo grau por todas as outras ciências.

Entretanto, Hume admira a metodologia de Newton, de modo que a vê como uma fonte de progresso. Hume chama atenção para três elementos importantes na filosofia natural

⁶ Para mais informações sobre a “ciência do homem”, ver a “Introdução” do *Tratado da Natureza Humana*. Nas *Investigações acerca do entendimento humano*, a “ciência do homem” aparece como “verdadeira metafísica”; ver HUME, 2004, pp. 27-28.

de Newton: o compromisso para com um método experimental; os cuidados naturais da metodologia e a ousadia uma vez que experimentos estabelecem um princípio⁷.

Para Hume, Newton usa experimentos para chegar a explicações. Uma vez que “princípios” ou explicações foram obtidos experimentalmente, Hume considera que Newton os adota audaciosamente. Apesar de se perceber um interesse com relação à metodologia empregada por Newton, não se vê menção à importância da matemática.

A interpretação de Hume acerca dos “princípios” o afasta da metodologia de Newton. No *Tratado*, ele usa a “ciência do homem” para reivindicar que está além do alcance do entendimento humano penetrar a natureza dos corpos, ou explicar as causas secretas das suas operações. Isto contradiz o último parágrafo do “General Scholium” do *Principia*, onde Newton promete um programa de busca que penetre a natureza da matéria (NEWTON, 1846, p. 507).

Segundo Hume, nós construímos nossas teorias causais com base na experiência de eventos particulares (nota de rodapé em HUME, 2004, p. 198). Também considera que todas as nossas ideias são copiadas das impressões (HUME, 2009, p. 59). Seu ataque a alegações exageradas sobre substância, essência, força, poder e Deus, depende de sua habilidade retórica de poder perguntar de qual impressão tais noções podem ser traçadas (HUME, 2009, pp. 39-41). Se nenhum dos objetos *externos* ou impressões podem ser encontrados, então é preciso concluir que tais ideias são o produto de paixões e emoções *internas* (HUME, 2009, pp. 39-40), uma sugestão trivial da imaginação ou alguma imperfeição das faculdades da mente (HUME, 2009, p.45). Para Hume, falar de substância ou força soa sem sentido ou fica restrito a qualidades particulares de corpos das quais a ideia é derivada (HUME, 2009, pp. 39-40). Como Hume explica, no melhor dos casos elas têm referência a um efeito ou a outro evento constantemente conjugado com a causa (HUME, 2004, pp. 114-116).

Deste modo, a “ciência do homem” não permitirá uma interpretação realista de forças como causas reais, pois, de acordo com Hume, palavras como “força” e “poder” “[...] tal como normalmente empregadas, têm um significado muito vago, e as ideias a elas associadas são muito incertas e confusas” (nota de rodapé em HUME, 2004, p. 116).

Pode-se dizer que Hume está disposto a conceder que Newton descobriu experimentalmente vários princípios, mas dado a sua aversão de falar de forças, é provável

⁷ Aqui “princípio” tem o sentido de “lei” ou de “explicação causal/formal”. Cf. SCHLIESSER. 2007. Hume's Newtonianism and Anti-Newtonianism. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/hume-newton/>. Acesso em: 01 de maio de 2013.

que pense que estes princípios precisam ser entendidos, no melhor dos casos, como um meio de rastrear os fenômenos.

Considerando tudo isso, pode-se dizer que Hume acredita que ele tenha oferecido uma interpretação prescritiva de como a filosofia de Newton deveria ser vista à luz dos resultados adquiridos a partir da sua “ciência do homem”. Pode-se dizer que ambos apelam para a autoridade da experiência, também.

As concepções de Hume e de Newton sobre causalidade

A causalidade, vista por Hume, envolve pelo menos cinco questões: como adquirimos a ideia de causalidade; o que queremos dizer por “causa”; como raciocinamos sobre causas; como podemos inferir a existência de causas; se as causas estão na mente ou na natureza (SCHLIESSER, 2007, p. 84). A maneira como Hume trata da causalidade rejeita pelo menos dois tipos de causas que aparecem na filosofia de Newton, a saber, causas finais e causas simultâneas.

Como é bem conhecido, Hume analisa como nossa noção de causalidade é derivada por nossas experiências de conjunções constantes de objetos que produzem uma união na imaginação (HUME, 2009, p. 122). Suas duas definições do significado de ‘causa’ (HUME, 2009, p. 203) são modeladas em correntes de eventos que ele acredita que levam as pessoas a adquirirem a ideia de causa. Uma versão redefinida da ‘causalidade eficiente’ de Aristóteles, segundo Hume, é o único tipo de causalidade disponível para uso (HUME, 2009, p. 204). Isso exclui as ‘causas finais’ que Newton apela em sua versão do argumento do desígnio no “General Scholium” do *Principia* (NEWTON, 1846, p. 506).

Apesar de Hume e Newton apelarem para a autoridade da experiência, há tensões entre a explicação de Hume para a causalidade e os conteúdos da filosofia natural de Newton. Segundo Newton, o comportamento da Lua em sua órbita e objetos caindo na Terra têm a mesma causa: a força da gravidade (NEWTON, 1846, pp. 392-393). Isto entra em conflito com a contiguidade exigida que Hume considera essencial à causalidade (HUME, 2009, pp. 103-104). É um problema notório fazer a contiguidade consistente com a natureza universal da atração. As partículas mais distantes do universo atraem uma a outra. Mais importante, a aceleração produzida pelo exercício de uma força é simultânea ao exercício, assim define a prioridade temporal (NEWTON, 1846, pp. 392-394). Hume nega a possibilidade de um efeito ser simultâneo à sua causa (HUME, 2009, pp. 104-105).

Além da questão da contradição entre as causas interativas simultâneas newtonianas e o compromisso humiano para com a prioridade temporal da causa sobre o efeito que é fundamental para o entendimento de Hume da causalidade, há ainda a questão das causas mecânicas newtonianas e pré-newtonianas.

Muitos pensadores propuseram vários sistemas e princípios mecânicos⁸. Para Newton, mecanismos racionais “serão a ciência, expressa em proposições exatas e demonstrações, dos movimentos que resultam de quaisquer forças e das forças que são requeridas de quaisquer movimentos” (NEWTON, 1846, “Author’s Preface”). É preciso ter cuidado ao distinguir os “princípios mecânicos” de Newton, que são enquadrados nos termos de poderes causais de forças invisíveis, daqueles de sentido pré-newtoniano.

Newton nega que seja inconcebível que se colocarmos “matéria bruta inanimada” e entendermos a “gravitação no sentido de Epicuro” então a “gravidade precisa ser inata, inerente e essencial à matéria” (NEWTON, 2004, p. 102, tradução nossa). Isto permite inteiramente, entre outras coisas, que isso seja acidental à matéria ou, mais provavelmente, o efeito da “natureza conspiradora” de vários corpos.

Para se entender a concepção de causa em Newton, ou a natureza de uma interação, é preciso notar a diferença entre: a “causa da ação”, ou seja, a disposição de cada corpo; e a “ação” mesma (ou efeito). A ação é: dupla quando age sobre dois corpos; e singular quando se está entre dois corpos. Deste modo, vemos que a “causa” da ação é “a natureza conspiradora de ambos os corpos” (SCHLIESSER, 2007, p. 87). Deve-se notar que isso é algo intrínseco aos corpos. Para a “conspiração” ocorrer, os corpos precisam compartilhar uma “natureza”. A causa consiste na “natureza” ou na “disposição” de dois corpos, senão isto é uma interação (ou “natureza”). O que são causadas são uma interação e duas “ações sobre corpos”; há duas forças impressionadas⁹.

Os exemplos de Hume de causalidade não são mecânicos no sentido pré-newtoniano; eles são sobre associação de ideias, não sobre corpos. Em todo caso, há uma similaridade entre as causas humianas e as causas mecânicas pré-newtonianas: ambas têm a mesma estrutura. Ambas têm prioridade da causa sobre o efeito, contiguidade e constante conjunção. É por isso que a abordagem de Hume da causalidade parece pressupor algo como uma visão de mundo mecânica.

⁸ A palavra “mecânico” é usada aqui no sentido pré-newtoniano, ou seja, de indicar uma visão que não só rejeita antigas formas substanciais e qualidades ocultas, mas também busca explicações para corpos em colisão.

⁹ Para mais informações, ver SCHLIESSER, 2007, p. 87.

A dívida de Hume para com a filosofia mecânica pré-newtoniana seria uma explicação apropriada. Hume trata a refutação de Newton da filosofia mecânica não como um avanço decisivo no conhecimento, mas como uma evidência decisiva para a reivindicação de que a natureza permanecerá incognoscível em princípio¹⁰. Hume aceita implicitamente a insistência dos mecanicistas de que o programa deles era o único que oferecia a possibilidade de explanação inteligível. Assim, Hume tacitamente recusa aceitar que a façanha de Newton mostra que a filosofia mecânica pré-newtoniana oferece uma falsa escolha entre reconstruções hipotéticas em termos de corpos colidindo ou mesmo nenhuma explanação¹¹.

A concepção de Hume de causa aparenta ser inspirada na filosofia mecânica pré-newtoniana porque sua análise compartilha aspectos estruturais. Embora seja menos exigente quanto ao que é relatado em uma relação causal. No entanto, Hume não é em todos os aspectos um filósofo mecânico pré-newtoniano. Ele rejeita o compromisso com o fisicalismo. Não acredita que causas precisam ser entendidas em termos de colisão de corpos.

O anti-fisicalismo e anti-reducionismo humiano são reconhecidos por sua reivindicação de que “todas as causas são da mesma espécie” (HUME, 2009, p. 204). Portanto, “existe apenas uma espécie de *necessidade*, assim como existe apenas uma espécie de causa, e que a distinção comum entre *necessidade moral e física* não possui fundamento na natureza” (HUME, 2009, pp. 204-205, ênfase do autor). Ainda afirma que “paixões estão tão conectadas com seus objetos e umas com as outras quanto os corpos externos entre si. Portanto, a mesma relação de causa e efeito que pertence a um tipo de impressão deve ser comum a todas” (HUME, 2009, p. 106).

Hume acha que aplicamos o mesmo tipo de inferência sobre questões de fato e relações de ideias, e que todos os fatos têm a mesma estrutura causal¹². Assim, em explicações causais não há razão para privilegiar o movimento de pequenos corpos ou quaisquer causas de *nível mais baixo*. A consideração de Hume sobre causa é bem generosa, no sentido de que permite que qualquer objeto (ou evento) possa estar em qualquer lado da relação causa e efeito¹³. Entretanto, sua consideração é bem restritiva ao permitir apenas um tipo de causa em nosso raciocínio, considerando que esteja modelada na visão de mundo mecânica pré-newtoniana.

¹⁰ Hume, nas *Investigações*, limita o que ele chama de “as causas últimas e princípios que podemos descobrir na natureza”. Ver HUME, 2004, pp. 59-60.

¹¹ Para uma discussão mais detalhada do assunto, ver SCHLIESSER, 2007, pp. 87-88; ver também SCHLIESSER, 2007, pp. 99-100.

¹² Aqui não é considerada a discussão se Hume achava que havia realmente causas.

¹³ No *Tratado da Natureza Humana*, Hume introduz oito regras para o julgamento de causas e efeitos (HUME, 2009, pp. 206-209). Ver também FORCE, 1987, pp. 178-187.

Poderia se perguntar por que Hume não poderia ter uma atitude mais relaxada em relação a concepções alternativas de causalidade. Por que não adotar um *princípio de tolerância* neste tópico e permitir potencialmente diferentes concepções conflitantes de causa para fazer um *trabalho útil* em diferentes domínios de investigação?

Porque “como nossa ideia de eficiência é derivada da conjunção constante entre dois objetos, sempre que se observa tal conjunção, a causa é eficiente; quando não se a observa, não pode haver nenhum tipo de causa” (HUME, 2009, p. 204). Mas poderia ainda se perguntar por que Hume tem que considerar a *origem* da qual a ideia de causalidade é derivada.

A resposta disso está em um corolário do princípio da cópia: “é apenas enquanto ela [a causalidade] é uma relação *natural*, produzindo uma união entre nossas ideias, que somos capazes de raciocinar ou fazer qualquer inferência a partir dela” (HUME, 2009, p. 122, ênfase do autor). Qualquer filósofo natural pode arbitrariamente introduzir uma consideração alternativa de causalidade enquanto relação filosófica, mas, como tal, ela não pode ser parte de nossas práticas inferenciais¹⁴ se o conteúdo da relação não coincidir com nossa relação natural de causalidade (SCHLIESSER, 2007, p. 90).

A justificação para isto é oferecida por Hume:

É impossível raciocinar justamente sem entender perfeitamente a ideia sobre o que nós raciocinamos; e é impossível perfeitamente entender qualquer ideia, sem rastreá-la até sua origem, e examinar aquela impressão primária da qual surge. O exame da impressão outorga uma clareza na ideia; e o exame da ideia outorga uma clareza em todo raciocínio. (HUME, 2009, p. 103).

Hume oferece este método genético não meramente como um meio para garantir que alguém está em posse de ideias claras, mas também para outorgar clareza nas nossas ideias e raciocínio.

Mas tal *clareza* é usada como uma condição necessária para atender uma demanda mais rigorosa. Nossas ideias precisam ser adequadas. Com isso Hume quer dizer que as relações dentro de uma ideia capturam o que nós chamaríamos de conteúdo das relações do objeto que visam representar. Para Hume é preciso raciocinar com ideias *adequadas* de modo a assegurar o fundamento de todo conhecimento humano. Este fundamento é seguro porque “onde quer que ideias sejam representações adequadas de objetos, as relações, contradições e acordos das ideias são todas aplicáveis aos objetos; e isso podemos observar em geral ser o fundamento de todo conhecimento humano” (HUME, 2009, pp. 54-55).

¹⁴ Aqui “práticas inferenciais” é entendido no sentido mais amplo.

Então, mesmo se alguém tiver uma alternativa de como usar “causa”, não deveria se enganar pelos termos de outro ao pensar que tem uma ideia *adequada* do que está falando. Estes podem ser apenas o produto do método genético que produz nossa segurança na “clareza” de nossas ideias. Nossos juízos genuínos sobre causalidade são restritos a relações naturais.

Há duas fontes relacionadas de evidência para essa conclusão. Primeiro, a definição humiana de uma relação natural de causalidade, “uma causa é um objeto precedente e contíguo a outro, e também unido com este, que a ideia de um determina a mente para formar a ideia de outro, e a impressão de um para formar uma ideia mais vívida do outro” (HUME, 2009, pp. 203-204), chama atenção para o fato de que a relação natural é um mecanismo associativo da imaginação. Essa é, assim, a espécie de entidade causal que faz nosso raciocínio possível e permite funcionar sem problemas. A definição de causa como uma relação filosófica, entretanto, não faz qualquer menção de um papel na conexão de ideias causalmente.

Segundo, para Hume, ninguém pode raciocinar justamente com certos tipos de relações filosóficas porque, caso produzam alguma coisa, não serão os tipos certos de união na imaginação. Causalidade é uma dessas relações filosóficas. Há dois tipos de relações filosóficas: as que podem ser *conhecidas* e aquelas que não podem. Hume escreve que “essas relações podem ser divididas em duas classes: as que dependem inteiramente das ideias comparadas e as que podem se transformar sem que haja nenhuma transformação nas ideias” (HUME, 2009, p. 97). Aquelas que são possíveis formas de conhecimento apoiam-se inteiramente nelas mesmas; estas incluem semelhança, contrariedade, graus de qualidade e proporção de quantidade ou número. Por exemplo, “quando dois objetos ou mais se *assemelham*, a semelhança logo salta aos olhos, ou, antes, à mente, e quase nunca requer um novo exame” (HUME, 2009, p. 98, ênfase do autor). Aquelas que não podem ser conhecidas incluem identidade, relações de tempo e espaço e causalidade. Por exemplo:

As relações de *contiguidade* e *distância* entre dois objetos podem se alterar por uma mera alteração de seus lugares, sem nenhuma mudança nos próprios objetos ou em suas ideias; e o lugar depende de centenas de acidentes diferentes, que podem ser previstos pela mente. (HUME, 2009, p. 97, ênfase do autor).

O mesmo acontece com a identidade e a causalidade. A relação filosófica de causalidade envolve uma comparação entre duas ideias, ou uma associação entre elas, que como tal não pode produzir conhecimento. Pode-se deduzir isso pela sua definição de causa: é

“um objeto anterior e contíguo a outro, tal que todos os objetos semelhantes ao primeiro mantêm relações semelhantes de anterioridade e contiguidade com os objetos semelhantes ao último” (HUME, 2009, p. 203).

Hume afirma que a palavra “relação” é comumente usada em dois sentidos diferentes:

Para designar a qualidade pela qual duas ideias são conectadas na imaginação, uma delas naturalmente introduzindo a outra [...]; ou para designar a circunstância particular na qual, ainda que a união de duas ideias na fantasia seja meramente arbitrária, podemos considerar apropriado compará-las (HUME, 2009, p. 37).

Quando Hume introduz a noção de “relação natural”, ele afirma que está seguindo a “linguagem comum” ou o uso “comum” da palavra “relação”, ou seja, no primeiro sentido. Ele explica que introduz “relações filosóficas” para distingui-las da forma como é usada na “linguagem comum”; como ele escreve, “apenas na filosofia estendemos esse sentido, fazendo-o significar qualquer objeto particular de comparação que prescindia de um princípio de conexão” (HUME, 2009, p. 38). Hume distingue dois tipos de relações para distinguir dois tipos de uso da palavra “relação”.

Podemos dar duas definições dessa relação, que diferem apenas por apresentarem aspectos diferentes do mesmo objeto, fazendo com que o consideremos, seja como uma relação *filosófica*, seja como uma relação *natural*; como uma comparação entre duas ideias, ou como uma associação entre elas (HUME, 2009, p. 203, ênfase do autor).

Para Schliesser, a definição de relações “filosóficas” na página 203 do *Tratado da Natureza Humana* é designada para localizar o que os filósofos mecânicos contemporâneos de Hume comumente queriam dizer quando falavam de causas, que envolve “objetos” contíguos um ao outro e com prioridade da causa sobre o efeito (SCHLIESSER, 2007, p. 92).

Hume está comprometido com a posição de que apenas quando a relação filosófica de causalidade é substituída pela relação natural podemos raciocinar justamente. Ele considera que as relações naturais e filosóficas de causalidade possam diferir muito. Como ele diz, seria uma maneira “indesculpável” de proceder se pretende oferecer definições definitivas (HUME, 2009, p. 203). Mas não é absurdo que Hume esteja interessado em examinar como nossa ideia de conexão necessária é usada quando “*dizemos que dois objetos estão necessariamente conectados um com o outro*” (HUME, 2009, p. 188, ênfase do autor). Hume captura o sentido de causa na vida comum e como entendido pela mais inteligível filosofia de sua época.

Para Hume, não se pode raciocinar corretamente com relações filosóficas de causalidade quando são derivadas da relação natural da causalidade, porque, se realmente produzirem qualquer coisa, não produzirão os tipos certos de união na imaginação. Apenas raciocinando com a relação natural se produzirá crença; este é o porquê da definição de uma relação natural produzir uma “ideia mais vívida” (HUME, 2009, p. 203).

A utilização de Hume do princípio da cópia, ou seja, o princípio de que todas as nossas ideias são copiadas de nossas impressões, sugere que considerações concorrentes de causalidade podem ser úteis enquanto relações filosóficas, mas elas não são aceitas em nossos raciocínios acerca de questões de fato se elas não estiverem de acordo com o conteúdo das relações naturais que são encontradas nas nossas impressões ocorridas normalmente ou habitualmente.

Conclusão

Percebe-se que Hume estava interessado nas contribuições de Newton para a ciência de sua época, apesar de suas reservas quanto aos aspectos morais. Também percebe-se um interesse com relação à metodologia empregada pelo mesmo.

Entretanto, sua crítica feita ao propósito do projeto newtoniano, mostra que não considerava a filosofia natural newtoniana mais valiosa do que sua “ciência do homem”, por permitir uma interpretação realista de forças como causas reais. As investigações de Hume na “ciência do homem” sobre as origens e o significado da relação natural de causalidade podem ser vistas como uma tentativa de negar a adequabilidade de causas finais e simultâneas newtonianas.

Deve-se notar que há uma similaridade entre as causas humanas e as causas mecânicas pré-newtonianas: ambas têm a mesma estrutura. Ambas têm prioridade da causa sobre o efeito, contiguidade e constante conjunção.

Então, após tais considerações, pode-se dizer que é pouco provável que a causalidade em Newton seja determinante para Hume. Sua explicação causal não precisa ser colocada em termos de corpos em colisão ou de forças newtonianas. Sua abordagem da causalidade é bem mais geral.

Referências Bibliográficas

FORCE, James. 1987. "Hume's Interest in Newton and Science," *Hume Studies* 13, No. 2: 166–217.

GABBEY, Alan. Newton, active powers, and the mechanical philosophy. In: COHEN, I. Bernard; SMITH, George E. *The Cambridge Companion to Newton*. Cambridge: Cambridge University Press. 2002. p. 329-357.

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

HUME, David. *Tratado da Natureza Humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. 2. ed., rev. e ampl. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MACLAURIN, Colin. *An Account of Sir Isaac Newton's Philosophical Discoveries, in Four Books*. London: Johnson Reprint, 1968.

NEWTON, Isaac. *Newton: Philosophical Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

NEWTON, Isaac. *The Principia: Mathematical Principles of Natural Philosophy*. Translated into English by Andrew Motte. New York: published by Daniel Adee, 45 liberty street. 1846.

SCHLIESSER, Eric. *Hume's Newtonianism and Anti-Newtonianism*. 2007. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/hume-newton/>. Acesso em: 01 de maio de 2013.

SCHLIESSER, Eric. 2007. "Two Definitions of 'Cause,' Newton, and The Significance of the Humean Distinction between Natural and Philosophical Relations," *Journal of Scottish Philosophy*, 5:1.